

TRADUÇÃO

Husserl póstumo¹

Husserl postumo

Norberto Bobbio

Tradutores²

José Dias³

Daniela Valentini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE

161

A fenomenologia, isto é, a escola de Husserl, já parece um evento distante e, em geral, passou sob silêncio. Mas, ao invés disso, Husserl permanece bem vivo; o pensador do olhar penetrante, mesmo se nos limites bem definidos da sua pesquisa e da sua operosidade, da concepção ambiciosa da função da filosofia; mesmo se na circunscrita esfera da sua visão do mundo, do sentido firme e sólido e vigoroso; mesmo se na sua disciplinada compostura, da vida teórica; permanece o seu pensamento, finalmente podado dos louros do triunfo, e substancialmente livre de muitos equívocos e das falazes supra estruturas, impostas pelo imediato e demasiadamente fácil sucesso: um pensamento já muito bem marcado nas suas linhas de direção e de desenvolvimento, e que, não mais disperso nos numerosos e diversos grupos de estudantes, mas todo recolhido e fechado em si mesmo, quer ora ser considerado unicamente na sua história interna e somente em função desta, compreendido na sua singular história de crescimento interior e de racional e racionado alargamento de temas em um único raio de ação.

¹ “Nota” de Bobbio intitulada “Husserl postumo”, publicada originalmente em *Rivista di Filosofia*. 31, n. 1 (jan.-mar. 1940), p. 37-45.

² Revisão de Rafael Salatini e Roberto S. Kahlmeyer-Mertens

³ E-mail: prof.dias.br@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5339-8652>

Tradutores

José Dias & Daniela Valentini

Toledo, v. 7, n. 3 (2024) p. 181-170

É sobre Husserl, portanto, não mais sobre a fenomenologia, que convém se deter doravante, e não somente sobre o primeiro ou o segundo Husserl, mas sobre todo Husserl, para pôr, finalmente, em evidência o seu centro e os seus limites. Por ora, a essa obra se cinge egregiamente um respeitável e férvido discípulo, Fink,⁴ que, inserido na mesma esfera de sugestão do mestre e, portanto, fechado nos mesmos limites, tem também espírito aberto e mão firme ao evidenciar os motivos profundos desse pensamento, para tal reconstrução se vale não só da obra escrita, mas das lições ouvidas ou lidas e, em geral, do ensinamento do mestre. Fink, em suma, conhece já aquele que podemos chamar o “Husserl póstumo”, aquele novo, senão diverso, Husserl que será revelado por seus numerosos manuscritos – talvez, em sua maioria, anotações de aulas universitárias – ainda inéditos, e cuja publicação deveria contribuir para tornar mais transparentes e menos abstratas certas fórmulas programáticas e para dar-nos o exemplo mais autorizado daquilo que seja propriamente uma pesquisa fenomenológica. E, assim, como desse Husserl póstumo cada um aguarda uma revelação antes de pronunciar-se em um juízo, senão um definitivo, ao menos um exigente, pode ser útil na espera a indicação daquilo que gradualmente se publica.

Há menos de um ano da morte [de Husserl], prescindindo de um breve inédito, publicado por Fink,⁵ com propósito comemorativo, a curiosidade dos estudiosos foi saciada com a publicação de um grande e importante livro,⁶ editado em Praga sob organização de um antigo assistente de Husserl, Ludwig Landgrebe, que já havia ajudado o mestre a refinar literariamente uma obra precedente, a *Formale und transzendente Logik* [Lógica formal e transcendental], (Cf. *ivi*, p. 15) e que, depois da dispersão da escola, fez parte de um dos mais ativos núcleos de seguidores da herança husserliana, o Círculo filosófico de Praga.

Landgrebe, num breve prefácio, antes de tudo, nos dá notícias pormenorizadas quanto ao modo com que esse livro veio se formando através de uma série de eventualidades de pelo menos uma década. Landgrebe adverte-nos de que Husserl, dado o crescente número dos seus manuscritos, nas duas últimas décadas, preocupou-se em encontrar novas vias, em colaboração com alunos, para valorizar o fruto das suas pesquisas, cuja quantidade ele sozinho não era mais capaz de dar conta. Assim, desde 1928, o próprio Landgrebe fora encarregado de recolher e sistematizar os manuscritos concernentes ao problema da lógica transcendental, valendo-se, para tanto, de vários escritos, em grande parte protocolos de aulas que remontam à vários anos; essa recolha de material devia servir de base a uma publicação, cuja redação definitiva competiria a Husserl. Mas o desenho completo e geral desse trabalho foi abandonado por um certo tempo, porque de uma breve tratativa sobre o problema da lógica transcendental, que deveria servir de simples introdução ao trabalho completo, em brevíssimo tempo,

⁴ FINK, Eugen. *Das Problem der Phänomenologie*. Edmund Husserl [O problema da fenomenologia. Edmund Husserl], do qual até agora saiu, que eu saiba, uma primeira parte em *Revue Internationale de Philosophie* (1939, fasc. II, p. 226-270).

⁵ *Die Frage nach dem Ursprung der Geometrie als intentional-historisches Problem* [A questão da origem da geometria como um problema histórico-intencional], in *Revue Internationale de Philosophie*, eod., p. 203-225.

⁶ HUSSERL, E. *Erfahrung und Urteil* [Experiência e juízo]. Academia Verlagsbuchhandlung: Praga, 1939, XXIV, 478p.

Husserl tirou a *Formale und transzendente Logik* [Lógica formal e transcendental], que aparece como livro separado do resto. Essa publicação requereu uma reelaboração não só formal, mas também material do projeto primitivo, e foi levado a termo, em 1929-1930, um segundo projeto, cuja composição era também resultado de acréscimos e correções pessoais da parte de Husserl, e da obra de sistematização dos diversos elementos e de partes de capítulos e parágrafos vindos de Landgrebe, em contínuo contato oral e escrito com o mestre. Mas também esse projeto foi posto de lado pelo acúmulo de trabalhos mais urgentes. Assim, somente em 1935 foi finalmente possível voltar a ele com o apoio do Círculo filosófico de Praga e então chegar ao estado atual da obra com uma última revisão pela mão de Landgrebe, com algumas adições husserlianas e, sobretudo, com o acréscimo da introdução, que ocupa as primeiras 72 páginas, e que intenta vir ao encontro do leitor não necessariamente especializado em filosofia fenomenológica, reconectando a presente obra ao último escrito de Husserl (“Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie” [A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental]. In: *Philosophia*, 1, 1936) e à *Formale und transzendente Logik* [Lógica formal e transcendental], de cujo programa metodológico deveria representar uma execução, como pesquisa particular diante da impostação geral do problema. Landgrebe observa que, em toda a obra, não há nada que não tenha sido autorizado pelo próprio Husserl e que, portanto, ela é o fruto de uma singular colaboração, com base na qual o material bruto provém todo de Husserl, enquanto a responsabilidade da elaboração literária recai completamente sobre o editor.

À parte as contribuições materiais ao estudo da lógica, da qual, aliás, buscaremos dar um resumo, essa nova obra de Husserl deve ser também considerada a partir do ponto de vista da contribuição que ela oferece à clarificação da personalidade de Husserl e à delimitação da sua esfera de atividade. Não podemos esquecer que, nesses últimos tempos (naturalmente falo sempre em referência à Itália), prevalecia uma interpretação metafísica da filosofia de Husserl, que teria terminado por fechar também Husserl nos esquemas de “idealismo” e “realismo”, e para mover o eixo do interesse crítico sobre partes não essenciais ou, ao menos, não igualmente vitais. Esse deslize, em grande medida, foi devido ao fato de que, na Itália, a nossa particular formação filosófica não era, de modo algum, premunida diante das lisonjas de uma interpretação metafísica das várias correntes estrangeiras de filosofia; antes, era predisposta a ler nas entrelinhas de qualquer livro de filosofia sempre a mesma história dos próprios casos, que não eram, de modo algum, universais, mas de portada particularíssima e sempre o mesmo ressoar das próprias ideias. Isto explica por que, na Itália, a atenção dos estudiosos tenha se detido mais na parte espetacular da filosofia de Husserl, isto é, naquela que melhor correspondia a um ideal de construção e de sistema, e melhor se prestava a satisfazer as ambições e as preocupações de uma filosofia-metafísica. Quero dizer, sobre o método da redução fenomenológica e sobre a renovação da consciência absoluta, os quais são expostos em *Ideen* [Ideias]. A esse

deslize, porém, contribuía em grande parte o mesmo Husserl ao manter-se, nos últimos anos,⁷ com demasiada insistência no nível programático e com o não ir às pesquisas singulares, sempre anunciadas e sempre adiadas, e certamente a maior difusão, por evidentes razões de compreensibilidade, das *Méditations cartésiennes* [*Meditações cartesianas*], nas quais não faltam nem a fórmula compreensiva, nem o programa para o futuro, nem a reconexão histórica, donde a fácil, mas equívoca etiqueta do neocartesianismo, era motivo suficiente para que a filosofia de Husserl fosse vista muito mais como sistema do que como pesquisa, na sua presumida função construtiva muito mais que na sua função descritiva, e que fosse esquecido o já distante Husserl da “filosofia como ciência rigorosa”, que ainda era o Husserl genuíno.

O novo livro, que estamos examinando, reconduz-nos a esse Husserl genuíno, no modo mais persuasivo. Ele, em primeiro lugar, põe-nos diante do Husserl pesquisador: Husserl é um pesquisador por excelência, escrupuloso, minucioso e incansável; na sua pesquisa, em primeiro lugar, ensina-nos a não haver pressa; lá onde também o investigador mais astuto vai além, ele se detém, antes, volta atrás, e sempre encontra o aspecto ainda não posto à luz; ali se demora e se difunde com uma superabundância de anotações particulares, que torna difícil e lenta, e contudo sempre exigente, a leitura das suas obras e nos faz pensar em uma análise microscópica da consciência; mas nessa escrupulosidade, que pode parecer superficialmente pedante, nada é anotado que não seja necessário; antes, uma das características mais salientes de Husserl, e que mesmo na sua função aparentemente modesta de pesquisador lhe dá um lugar tão proeminente, é a sua prodigiosa capacidade de colher o essencial dos fenômenos a estudar. Em segundo lugar, o novo livro é um livro de lógica, portanto, também pelo seu conteúdo nos reconduz ao Husserl genuíno; ele se agrupa com as duas grandes obras lógicas precedentes, as *Logische Untersuchungen* [*Investigações lógicas*] e *Formale und transzendente Logik* [*Lógica formal e transcendental*]. À primeira se refere em modo evidente pela estrutura formal, enquanto também é constituída por uma série de investigações lógicas; à segunda, vincula-se diretamente pelo princípio que a anima, tanto de poder ser considerada pelo editor como uma parte capital das pesquisas analítico-descritivas, destinadas à fundação transcendental da lógica, cujo programa foi, exatamente, naquele livro estabelecido. Trata-se de uma obra que, substancialmente, poder-se-ia chamar, com uma fórmula breve, de “lógica descritiva” ou de “fenomenologia da lógica”. O seu projeto é amplíssimo, abraçando nas três partes em que é dividida os três momentos fundamentais do processo lógico, *experiência receptiva*, *juízo* e *conceito*. Precede uma introdução, na qual o projeto da obra encontra a sua justificação; seguem dois apêndices.

⁷ A expressão “nos últimos anos” deve ser lida levando-se em conta que o presente ensaio foi publicado em 1940.

É necessário começar dizendo que também essa obra se inspira na fórmula fundamental da fenomenologia: “*zu den Sachen selbst*”.⁸ Tal fórmula, explica Fink, engloba os dois motivos fundamentais da pesquisa fenomenológica: a *originalidade* e a *immediatez*, que se realizam no esforço de descobrir a essência das coisas em um saber livre de todos os esquemas e de todos os hábitos mentais, em uma palavra pela tradição. A originalidade e imediatez da fenomenologia são dadas pela descoberta da consciência intencional, portanto, cumprem-se em um retorno ao sujeito transcendental, tomado em suas direções ao ser.

Esses motivos fundamentais se encontram na introdução. Já no subtítulo, o livro se anuncia como uma pesquisa de “genealogia da lógica”. Portanto, o seu tema é o estudo da origem da lógica, entendendo por origem não a origem histórica nem psicológica, mas a origem essencial das operações lógicas na constituição transcendental da consciência. Em particular, o livro estuda o juízo predicativo. Portanto, com as próprias palavras de Husserl, a tarefa da presente investigação pode-se definir como uma “*Wesensklarung*” [clarificação das essências] do juízo predicativo mediante a investigação da sua origem. Nesta formulação, está contido aquele motivo polêmico contra a lógica formal no sentido tradicional, que será desenvolvido ao longo do livro. A lógica possui dupla problemática: de um lado, ela estuda as formas do pensamento na sua estrutura formal, mas essas não são mais que as condições simplesmente negativas de uma possível verdade; de outro lado, deve estudar o processo positivo de alcançar a verdade, isto é, remontar ao sujeito e às condições subjetivas dela.

Nessa segunda investigação, o problema central é o da *evidência*: portanto, a lógica não há de pôr-se somente o problema do juízo em sentido lato, mas mais precisamente o problema do juízo evidente, que é aquele que somente estabelece um real conhecimento. Agora, a lógica tradicional, toda voltada ao primeiro problema, principalmente negligenciou o último ou o confiou à psicologia genética, ignorando sua importância, ao fazê-lo tema central de uma pesquisa de lógica, e, simultaneamente, ao libertá-lo da investigação meramente psicológica está a razão essencial da lógica fenomenológica, que é lógica subjetiva. Em segundo lugar, para a lógica fenomenológica, a esfera da lógica parece ser muito mais extensa do que parecia para a lógica tradicional: isto é, ela descobre que a atividade lógica já se exerce em certos estratos inferiores da nossa atividade cognoscitiva, em que se devem pesquisar, como será amplamente documentado ao longo da pesquisa, os pressupostos de fenômenos que habitualmente são fixados na esfera superior da lógica, propriamente dita. Assim, elucida-se porque ao estudo do juízo predicativo, do qual a lógica tradicional começa e no qual também a presente pesquisa fixa o seu tema principal, se segue um estudo sobre o aprendizado receptivo dos objetos, isto é, sobre o estágio anterior à atividade judicativa, que Husserl chama “*experiência antepredicativa*”.

⁸ Palavras de ordem do movimento fenomenológico: “*Às coisas mesmas*” o que admite ainda a tradução de “*De volta às coisas mesmas*”.

Posto o problema do juízo evidente, como problema fundamental da lógica, o retorno ao estágio antepredicativo se torna necessário. Toda atividade judicativa, de fato, presume dos objetos dados em antecedência; agora, a fim que o juízo seja verdadeiramente juízo cognoscitivo precisa que seja um juízo evidente, isto é, que os objetos sejam dados em modo que o seu “ser dado” renda possível o juízo evidente, isto é, precisa que sejam dados no modo da evidência. Portanto, todo juízo evidente não é possível se o objeto mesmo não for dado em modo evidente, pelo qual a problemática da evidência apresenta ao menos dois graus: a evidência dos objetos e a evidência predicativa. A lógica formal, detendo-se na sua maior extensão ao segundo problema e não curando o primeiro, arbitrariamente limitou o seu âmbito. Fica entendido que, aqui, o conceito de evidência é utilizado no significado husserliano já conhecido de *Selbstgebung* [autodação] dos objetos, isto é, como aquele modo de dar-se dos objetos, que é o dar-se por si.

A teoria da experiência antepredicativa se põe, portanto, como o primeiro traço da teoria fenomenológica do juízo; e ela também tem a necessidade de uma elucidação preliminar: em primeiro lugar, o que há na consciência antes do surgir da atividade constitutiva da experiência? Antes de toda experiência, não existem objetos isolados, mas sim toda uma esfera de dados preliminares que estão passivamente na consciência, como em um fundo, prontos a possuir destaque ora aqui ora ali, como e quando a atividade de captação da consciência ali se dirija. Esse âmbito de dados preliminares é, em uma palavra, o *mundo*, como fundo de uma fé meramente passiva no ser, que toda prática do homem, seja a prática da vida, aquela que o conhecimento, pressupõe. Enquanto experiência propriamente dita, ela também não é constituída de objetos isolados e independentes um do outro, mas há a estrutura de um *horizonte*: ou seja, que o objeto atualmente em evidência remete, em uma corrente ininterrupta (porque interrompível) de experiências sempre renovadas, ao conhecimento dos outros aspectos do mesmo objeto e dos outros objetos que já são dados com ele. Em suma, toda experiência tem um horizonte no interior do qual progride e enriquece. Em particular, todo objeto tem o seu horizonte, em cujo âmbito se desenvolve o conhecimento do objeto singular com o aprendizado sucessivo dos diversos aspectos do objeto, e um horizonte, constituído pelos outros objetos dados em antecedência junto a ele. O mundo, como mundo da vida, é horizonte de todo possível substrato de juízo; mas se se quer chegar à origem do conhecimento não precisa esquecer que esse mundo, como nos é dado na fé passiva do ser, está já todo atravessado por operações lógicas: basta pensar que ao nosso mundo pertence já tudo aquilo que as ciências naturais têm produzido em fato de determinações do ser, e em particular a ideia da matematização da natureza; portanto, ele não é mais uma experiência originária. A experiência originária não se pode obter senão com a preliminar eliminação dessas idealizações, e isto é, no fundo, a justificação da “*doxa*” diante da “*episteme*”. A essa originalidade não pode chegar, como pretende a psicologia genética: e eis ainda uma importante especificação. Lá onde a pesquisa fenomenológica chega no esforço de atingir a originalidade, a psicologia não pode chegar; também a [pesquisa] fenomenológica é um retorno ao sujeito, mas em um sentido muito mais radical. O sujeito da psicologia é sempre um sujeito em um mundo já feito, idealizado; o sujeito

da fenomenologia é o sujeito transcendental, do qual o mundo mesmo tira a sua explicação. A fenomenologia, não a psicologia, haure, põe e resolve o problema da origem.

Passando, agora, às análises particulares contidas no livro, elas se agrupam em três grandes partes: a primeira, sobre a *experiência receptiva*, que precede a atividade do julgar, com particular referência à percepção; a segunda, sobre o *juízo predicativo*; a terceira, sobre os *universais* e sobre o *juízo universal*.

A primeira parte começa descrevendo as estruturas essenciais da experiência receptiva; detém-se sobre a *percepção* como operação ativa do eu, que pressupõe uma esfera de dados preliminares em cuja formação entram em jogo, antes de tudo, fenômenos associativos. Através da *atenção*, cuja característica é a tarefa da tendência ao objeto, e depois do simples *interesse* ao objeto, a tendência perceptiva procede ao aprendizado do objeto também em relação àqueles lados, que no primeiro ato ficaram não percebidos, isto é, procede rumo ao horizonte interno do objeto, passando do modo inicial da *Abzielung* [propósito], ou do simples mirar o objeto, àquele sucessivo da *Erzielung* [alcançe], ou do alcançar o objeto; nessa última fase, a simples tendência do eu se transforma em um verdadeiro e próprio fazer do eu, do momento que este tender a sempre novos modos de aparição do objeto é uma verdadeira e própria produção de tais modos. A tendência à completação da percepção pode ser, porém, interrompida por circunstâncias externas (o objeto desaparece ou surge um outro que suscita mormente o nosso interesse) ou, então, pela *desilusão*, que pode ter lugar em vez do cumprimento da expectativa, como quando algo que parece vermelho, num primeiro momento, depois venha aparecer verde; nesse caso, verifica-se um contraste e, depois, uma rejeição da primeira fase por parte da segunda, ainda que estejamos conscientes da primeira, mas com o caráter do nada. Muito digno de relevo nessa operação de aniquilamento é o fato de que, nela, pela primeira vez, apresenta-se à consciência o fenômeno da *negação*, isto é, da eliminação do outro; e isto é digno de relevo porque contra a tese de que a negação apareça pela primeira vez na estrutura do juízo predicativo mostra-se, aqui, que ela se encontra já na esfera antepredicativa, como modificação da consciência. Por outro lado, além da negação, aqui, encontram-se também as, assim chamadas, modalidades do juízo: basta pensar que, na interrupção de uma tendência perceptiva, pode-se verificar antes que uma desilusão, uma simples *dúvida*, como quando não se está certos se o objeto visto seja um homem ou um fantoche; da parte do objeto aqui não se fala mais de negação, mas sim de pretensão do ser, isto é, de *possibilidade*. Também o fenômeno da possibilidade pertence, portanto, à experiência receptiva.

As três fases sucessivas, dentro das quais se pode recolher todo o processo da experiência de um objeto, são: o *simples aprendizado*, o estudo de "aquilo que está ainda na tomada da consciência", da retenção e da protensão; a *explicação*, que consiste na apreensão do objeto S nas suas determinações A, B etc., e constitui uma importantíssima antecipação da doutrina do juízo; e a *tratativa relacional*, que consiste

na consideração do objeto em relação com os outros objetos, nos dois típicos modos de relação, ligação e comparação.

O estudo do juízo se inicia com a observação preliminar que, somente nessa segunda fase da direção ao objeto, atinge-se o conhecimento. Diferentemente da experiência receptiva, a atividade judicativa estabelece uma verdadeira e própria *posse* do objeto, enquanto o objeto vem posto fora do seu tempo objetivo; e em contraposição à receptividade da experiência ela é uma criação espontânea. Para compreender a essência da atividade judicativa, precisa partir do processo de explicação de S através das suas determinações A, B etc., estudado na primeira parte. O juízo representa uma fixação do resultado da explicação realizada mediante um retorno sobre S já enriquecido pelas suas determinações, retorno que não é uma simples lembrança, mas uma nova posição defronte ao objeto, acompanhada por uma intenção ativa e não mais por um simples estado de receptividade, e a que corresponde à formação de duas novas formas temáticas, o *sujeito* e o *predicado*, em substituição daquelas próprias do processo de explicação, o *substrato* e a *determinação*. Da mais simples forma de juízo, S é P, a descrição procede gradualmente rumo a formas sempre mais complexas. As formas de juízo estudadas são as seguintes: o juízo com mais determinações (S é P, Q); aquele correspondente a uma explicação interrompida defronte a um horizonte aberto (S é Q; S é Q etc.); aquele no qual o predicado não corresponde mais a uma determinação não por si, como aquelas consideradas até aqui, mas a uma determinação por si: trata-se dos juízos na forma do “tem” (S tem P); os juízos de relação (A é maior que B); aqueles em que o interesse não é distribuído igualmente sobre todos os predicados, donde se distingue uma população principal de uma secundária (S, que é P, é Q), e a sua modificação atributiva (SP é Q); e, enfim, o juízo de identidade (S, que é Q, é idêntico a S que é Q).

168

A situação S é Q, fixada em um juízo, em uma palavra, o julgado constitui um novo objeto diverso do objeto da experiência sensível, parece-se nela fundado: é o *objeto do intelecto* ou *categorial* ou *sintático*. Tais objetos diferem daqueles sensíveis pelo fato de que, enquanto estes são dados em uma originária passividade, eles são constituídos na espontaneidade predicativa, pela qual o seu modo originário de dar-se é a sua produção na atividade predicativa do eu. Mas a diferença essencial se refere ao tempo: os objetos sensíveis estão imersos no tempo objetivo; os objetos categoriais não; eles são descobertos em um momento do tempo, mas eram antes de serem descobertos, e seriam mesmo se ninguém os houvesse enunciado; a sua temporalidade é uma super temporalidade, uma temporalidade universal, que também é um modo da temporalidade. A sua característica é a *irrealidade*: real é tudo aquilo que é individuado e uma colocação espaço-temporal; irreal toda determinação que, mesmo fundada sobre uma realidade, pode atribuir-se a diversas realidades como idêntica.

Passando a estudar as modalidades do juízo, Husserl afirma que o julgar é um decidir-se em prol ou contra uma experiência ou um juízo precedente, e é, portanto, *reconhecimento* ou *rejeição*; mas reconhecimento e rejeição não são duas qualidades do juízo, como considerava a lógica clássica (juízo afirmativo e juízo negativo), porque o negar é simplesmente um “pôr fora de uso”, e, portanto, não tem caráter principal, mas secundário. A negação não é uma forma fundamental do juízo; antes, não existem

formas fundamentais, do momento que a única forma fundamental é o juízo categórico, S é P. Quanto aos vários tipos de juízo, Husserl distingue o *juízo de existência* do *juízo de verdade*, por sua vez, o juízo de existência, que tem o seu contrário na negação da existência, não deve ser confundido com o *juízo de realidade*, que tem o seu contrário na predicação da ficção: o dizer que “A não é”, não quer dizer que A seja falso. Importante é ter presente que nem a predicação da existência nem aquela da realidade são predicacões determinativas, isto é, não são tais que delas o predicado receba uma determinação; que um objeto seja real quer dizer simplesmente que eu não fantasio; mas o objeto permanece, do ponto de vista das suas determinações, aquilo que é.

Até agora, mirou-se somente o objeto individual, do momento que se mencionou juízos que derivam da experiência, e a experiência não é senão individual. Trata-se, agora, de chegar à consideração de juízos universais, isto é, nos quais o objeto não é mais esse objeto singular, mas um qualquer objeto dessa espécie. A universalidade não é dada passivamente, mas construída por uma nova atividade criadora espontânea, que representa o extremo grau da atividade lógica. Existem dois graus de universais: os *universais empíricos*, que derivam da experiência; os *universais essenciais* ou *essências*, que são construídos diretamente pela criação espontânea. A característica dos primeiros é a *acidentalidade* no sentido que eles podem compreender um número qualquer e indefinido de objetos singulares, mas ao mesmo tempo o singular que deu origem à formação do conceito é um qualquer, accidental. A característica dos segundos é a *necessidade a priori*; estes repousam na livre produção de variantes sobre um objeto dado, assumido como exemplo, isto é, sobre uma livre variação através da qual permanece adquirida uma invariante, que é a essência ou *eidós* em sentido platônico, mas livre de toda interpretação metafísica. À essência corresponde a *intuição das essências*, que é o modo próprio de colher a essência, e como tal se distingue da intuição do individual. Ainda um passo adiante no alcance das essências puras se realiza separando a essência de toda referência ao mundo real: as essências puras em sentido próprio, como as proposições geométricas e matemáticas, não têm um âmbito de fatos, mas de puras possibilidades. E, aqui, Husserl possui ocasião de reiterar uma regra a ele familiar, que as verdades ideais precedem as verdades de fato, isto é, são *a priori*. O estudo dos universais abriu a via ao estudo final sobre os juízos universais. O primeiro juízo, que deriva da experiência, e o *juízo individual*: “esta rosa é amarela”. Do juízo individual se passa ao *juízo particular*: “uma rosa é amarela”; também: “algumas rosas são amarelas”, que já contém uma intenção universal; por fim, ao verdadeiro e próprio *juízo universal*, que surge do juízo particular mediante a transformação da proposição: “alguns A são B”, nesta outra: “alguns A, quaisquer eles sejam, são B”, e possui a sua fórmula na proposição: “todo A é B”.

Aoristo))))

International Journal of Phenomenology, Hermeneutics and Metaphysics

Submetido: 30 de setembro de 2024

Aceito: 10 de outubro de 2024